

Eleição presidencial pode ter "voto ponderado"



Affonso Camargo (ao centro) na reunião que decidiu iniciar uma campanha de mobilização pelas diretas em todo o País

Comitê pelas diretas quer mais pressão

Uma manifestação em todo o País de advertência da sociedade aos constituintes, para que votem o mandato de quatro anos para o presidente José Sarney é o que vai acontecer no próximo dia 4 de março, às 16h00. Essa foi a principal decisão do Comitê Interpartidário das Diretas-88, em reunião realizada ontem de manhã. O grupo integrado por parlamentares do PMDB, PFL, PDS, PC do B, PDT, PTB e PT pretende retomar imediatamente uma nova fase de campanha pelas eleições presidenciais este ano.

A campanha será objeto de um anteprojeto a ser elaborado pelo senador Affonso Camargo (PTB-PR), que deverá apresentar proposta nesse sentido, no próximo dia 27, às 10h00. A esta reunião, de acordo com o senador, serão convidadas lideranças expressivas como os líderes do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP) e na Constituinte, senador Mário Covas (SP), líderes partidários na Constituinte, presidentes de partidos e até o ex-governador Leonel Brizola.

Pressão

Camargo enfatiza a necessidade da sociedade assumir a proposta dos quatro anos e pressionar os constituintes a não votarem pelos cinco anos. "A pressão tem que vir de fora para dentro" — adverte Camargo. Quatro anos de mandato para Sarney torna-se imperativo para grande parte da sociedade, que Camargo garante que se os constituintes optarem pelos cinco anos, serão punidos através de urnas nas próximas eleições, não se reelegerão.

O senador vai chamar entidades como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), ABI (Associação Brasileira de Imprensa), ANDES (Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior), FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas) e CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) para assumirem a campanha ostensivamente para eleições presidenciais em novembro deste ano. Segundo Camargo, os comícios nesta fase são prescindíveis, mas se no dia 4, houver em algumas das capitais onde será realizado o dia de advertência, "eles serão benvindos".

Emendas

A Secretaria Geral da Assembleia Nacional Constituinte ainda não tem estimativa das emendas de plenário que propõem eleições gerais para este ano. Algumas, no entanto, já conseguiram coletar um número razoável de assinaturas. É o caso da emenda do deputado José Moura (PFL-PE) que já atingiu número suficiente (83 assinaturas) para que o parlamentar peça votação em separado no plenário da Constituinte. Sua emenda propõe eleições gerais em 15 de novembro deste ano, permitindo ainda que os atuais ocupantes de cargos no Executivo disputem a reeleição, desde que renunciem três meses antes do pleito.

Gerais

Em outra emenda, o senador Ruy Bacelar (PMDB-BA) propõe que sejam realizadas eleições presidenciais para que estas coincidam com a de prefeito e vereador, 120 dias após a promulgação da Constituição. Dois parlamentares do MUP (Movimento de Unidade Progressista) do PMDB, também, propõem eleições gerais para 88.

A deputada Rose de Freitas (PMDB-ES) quer que elas sejam realizadas 90 dias após a promulgação da Carta Magna, enquanto que o deputado Wilson Souza (PMDB-SC) após 120 dias. A emenda de Wilson prevê também que após 120 dias da promulgação das Constituições estaduais, sejam realizadas eleições para governadores e deputados estaduais. Um constituinte eleito pelo Distrito Federal, deputado Jofran Frejat, também apresentou emenda na qual propõe que os mandatos de Presidente a vereador terminem no dia 15 de março de 1989, após a realização de eleições em todos os níveis este ano.

Dificuldade de reunir maioria põe em risco metas do Centrão

Os coordenadores do Centrão continuavam à noite passada encontrando dificuldades para reunir a maioria necessária para que as emendas do grupo tenham preferência na votação de plenário. Num contato telefônico que manteve com o líder do PTB na Câmara, Gastone Righi, o deputado peemedebista Daso Coimbra informou que faltavam ainda 40 deputados para completar a maioria, pois haviam sido recolhidas 240 assinaturas e ele esperava obter mais dez até a meia-noite de ontem.

Na Comissão de Minas e Energia da Câmara, onde está instalada a Secretaria da Comissão, o ambiente era de nervosismo. Daso Coimbra, normalmente atencioso e interessado nos contatos com a imprensa, evitava entrevistas. Embora as estatísticas e previsões sejam a sua especialidade, ele também se esquivava de transmitir aos

repórteres as estimativas que tez na conversa com Gastone Righi.

Além da atuação junto aos deputados que chegavam a Brasília em vias procedentes das diversas capitais, os coordenadores do Centrão chegaram a despachar emissários para alguns Estados, a fim de recolher as assinaturas de integrantes do grupo que decidiram prolongar o recesso, junto às bases ou em repouso.

O líder Gastone Righi não esconde sua preocupação com os obstáculos surgidos para a pretendida preferência para as emendas do Centrão. Antes de conversar com Daso Coimbra, ele afirmava: "A maioria tornou-se difícil, e isso é muito ruim, porque pode inviabilizar a Constituinte. Esta difícil porque a afluência a Brasília não foi tão grande quanto se esperava e porque surgiram pro-

blemas e divergências as mais variadas".

"Há quem não queira assinar as propostas ate por não aceitar a expressão '50%' numa das emendas e outro por discordar do pagamento de direito autoral em música sacra. Há também os casos de alguns que estão aborrecidos com o governo, por não atender aos seus pedidos".

Righi negou, contudo, que os problemas do Centrão decorram da reação popular contra as posições conservadoras assumidas pelo grupo na Constituinte. Parlamentares de esquerda que voltaram do recesso, no inicio do mês, proclamaram que o desgaste do Centrão é notório nos contatos com as bases, interpretação contestada por Gastone Righi, que aponta um sentimento inverso constatado pelos seus companheiros de grupo nos contatos com os seus eleitores.

Cabral prevê um "massacre"

O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, previu, ontem, que o Centrão cometerá verdadeiro "massacre" contra os partidos menores e as forças mais avançadas na Assembleia, se conseguir obter o mínimo de 280 assinaturas para suas emendas, assegurando preferência automática para votação dessas propostas. O deputado amazonense afirma que o grupo pretende apresentar emendas substitutivas à quase totalidade dos títulos do projeto de Carta aprovado pela Comissão de Sistematização as quais, se forem aprovadas, anularão seu texto.

O deputado Bernardo Cabral já começou a apreciar as emendas individuais dos constituintes, que ele avalia deverão somar 2.236, se todos utilizarem sua cota, fixada em quatro por parlamentar. Além disso, ele espera a apresentação de cerca de 200 emendas coletivas, devendo catalogar todas as propostas até sexta-feira. O relator só pode acolher ou rejeitar as emendas, mas não modifica-las, ou substitui-las por iniciativa de sua autoria.

Além de catalogar as emendas, o deputado Bernardo Cabral deve também emitir parecer individual sobre cada uma delas. No caso de emendas subscritas por mais de 280 constituintes, ele é obrigado a acolher a proposição, embora possa, no seu parecer, manifestar opinião divergente sobre o assunto. E é exatamente isso que Bernardo Cabral pretende fazer com relação a qualquer emenda; seja do Centrão, ou de parlamentar, com número de subscritões suficiente para obter preferência automática e que defenda cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, ou, alongue sua permanência no poder além dos quatro anos. Se

for obrigado a aceitar uma dessas emendas, ele emitirá parecer com sua posição a favor da redução do mandato presidencial, reiterando seu voto na Comissão de Sistematização.

Intenção

Da mesma forma, ele pretende agir com referência a emendas defendendo a manutenção do presidencialismo, ou qualquer outra que contrarie posições que defendeu na Sistematização. O deputado amazonense informou ainda que está examinando criticamente as emendas dos partidos menores, e até do PMDB, sem condições de reunir as 280 assinaturas que garantem a preferência automática para sua votação, de modo a evitar que sejam prejudicadas.

Como cada constituinte tem direito a apresentar apenas quatro emendas, sem outros apoiantes que sua própria assinatura, a intenção do relator é acolher as propostas que representem avanços e conquistas e que se destinem a garantir o projeto aprovado pela Comissão de Sistematização, que o Centrão pretende derrubar na sua quase totalidade. Dessa forma, esses constituintes economizarão, posteriormente, os seis pedidos de destaque a que têm direito de encaminhar depois do parecer sobre as emendas. Como as suas próprias propostas terão sido atendidas, esses parlamentares poderão utilizar sua cota de pedidos de destaque para tentar rejeitar as emendas do Centrão.

O deputado Bernardo Cabral continua trabalhando em local reservado, em companhia dos deputados Konder Reis (PDS) e Adolfo de Oliveira (PL), além do senador José Fogaça (PMDB) e do seu assessor Antônio Pojo.

Lucena vê Sarney outra vez otimista

O presidente José Sarney está otimista quanto à possibilidade da fixação de seu mandato em cinco anos e convencido de que, a partir do momento em que saiu de cena e não mais se envolveu diretamente nesta questão, as possibilidades de êxito tornaram-se maiores.

A impressão foi recolhida pelo presidente do Senado, Humberto Lucena, durante audiência com Sarney, ontem, quando, foi tratar de assuntos administrativos ligados ao pagamento de servidores de um poder à disposição de outro poder.

O Presidente da República, segundo Lucena, mostrou-se receptivo à tese de um grande entendimento em torno de pontos fundamentais para o País, ainda durante a elaboração constitucional, tendo lembrado que, em Israel, um acordo desta natureza foi possível, com resultados extremamente benéficos para o País.

Segundo Humberto Lucena, Sarney, ainda que consciente das dificuldades, nem por isto está pessimista, tendo revelado confiança no desempenho da equipe do ministro da Fazenda, Malison da Nóbrega, também, no que diz respeito à renegociação da dívida externa.

A reunião de hoje foi convocada para discutir a inversão da pauta de votação no plenário da Constituinte; os assuntos polêmicos do Projeto de Constituição e a agilização no processo de elaboração da futura Constituição.

Problemas

A perspectiva de não obter número suficiente para qualquer deliberação da bancada levou o líder Mário Covas a convocar, ontem, uma reunião do seu colégio de vice-líderes a fim de encontrar uma solução para o problema. Inicialmente, a liderança defendeu o adiamento puro e simples do encontro, mas ficou decidido que a reunião será mantida e caso não haja quorum a discussão da pauta será transferida para uma data conveniente.

De qualquer forma, a liderança do partido está satisfeita com a decisão de ter convocada a bancada mesmo que não consiga número para deliberação.

"O ideal era que tivéssemos

quorum para deliberar sobre a pauta da reunião porque o que nós queremos é saber qual a opinião do partido sobre os temas polêmicos da Constituinte", arrematou o vice-líder Antônio Perosa (SP).

Xane
13/1/88, QUARTA-FEIRA • 3

Emenda que prevê a nova forma de votação para Presidente da República já conta, segundo seu autor, com 300 assinaturas

O deputado pernambucano Osvaldo Coelho, do PFL, anunciou ontem já haver obtido a assinatura de 300 constituintes — 20 a mais que a maioria absoluta — em apoio a uma emenda de sua autoria que visa a instituir o "voto ponderado" na eleição do presidente e do vice-presidente da República. Por esse sistema, adotado nos Estados Unidos e Argentina, as diversas unidades da Federação são transformadas em distritos, com peso eleitoral específico, tornando possível a hipótese de um Presidente ser eleito mesmo sem ser o mais votado no conjunto do País.

Nos termos da proposta do deputado pelefista, "a cada distrito eleitoral — ou seja, a cada estado, território e Distrito Federal — corresponde um número de votos federativos equivalente ao número de representantes da respectiva unidade federada no Congresso Nacional. Em cada distrito determina-se um quociente eleitoral, dividindo-se o número de votos apurados, excluindo os nulos e os em branco, pelo respectivo número de votos federativos, desprezada a fração se igual ou inferior a meio, e elevada à unidade imediatamente subsequente, se superior".

Contra SP

Osvaldo Coelho é também autor de uma proposta, aprovada na Comissão de Sistematização, por larga maioria, assegurando a manutenção da atual composição da Câmara, de modo a evitar o crescimento da representação de São Paulo nessa Casa que, segundo uma proposta do deputado Michel Tamer, deveria aumentar de 60 para 80 deputados.

Quem é Osvaldo Coelho

Irmão do ex-presidente do Senado, Nilo Coelho, já falecido, o deputado pelefista Osvaldo Coelho, que também é industrial e pecuarista, pertence a uma das mais influentes oligarquias da política pernambucana. Aos 56 anos de idade, ele está no Legislativo desde os 24, primeiro como deputado estadual, no período de 1955 a 1967 e, depois, como deputado federal. Sua atuação no Congresso tem sido discreta, mas mesmo assim foi o segundo deputado federal do PFL de Pernambuco mais votado na

última eleição, obtendo 61.381 votos.

Na Comissão de Sistematização, Osvaldo Coelho conseguiu aprovar uma emenda de sua autoria assegurando, em favor dos interesses do Nordeste, a manutenção da atual composição da Câmara, que favorece a região e prejudica a representação de São Paulo. Essa vitória, contudo, deve ser efêmera, porque no plenário há forte tendência para a aprovação de uma proposta ampliando a representação paulista para 80 deputados — 20 a mais que a atual composição.

Esquerda rejeita tese de votações em bloco

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), continua trabalhando para votar em bloco os dispositivos do projeto de Constituição que forem consenso, entretanto já está enfrentando resistências da esquerda e de alguns segmentos do "Centrão". A alegação é que essa iniciativa iria ferir o direito de cada parlamentar defender sua emenda ou destaque no plenário, o que a votação em bloco não permitiria. Para a esquerda, se for adotado esse critério, "será o esmagamento das minorias". Ulysses Guimarães, no entanto, joga no que sempre foi a tradição no processo legislativo: no último momento os partidos e grupos chegam a um acordo e superam as dificuldades regimentais.

Durante a votação do substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), a partir do momento que houve um acordo nesse sentido os trabalhos da Constituinte andaram mais rápido. E com essa argumentação que o presidente da Constituinte pretende convencer os líderes partidários a seguirem o mesmo caminho no plenário.

O presidente da Constituinte afirma que colabora para a sua intenção o fato de o número de emendas apresentadas até agora — cerca de 500 — serem bem inferiores as previsões, que chegavam a duas mil. A expectativa agora é em relação ao número de destaque e ele pretende fazer um apelo aos parlamentares para que só des-

taquem as emendas "quando tiverem certeza de que estarão contribuindo para aperfeiçoarem o texto".

Piada

O vice-líder do PT na Câmara, deputado José Genoino (SP), considera a votação dos dispositivos do projeto em bloco uma "piada". O parlamentar petista afirma que haverá emendas para todo o projeto e o seu partido pretende destacar vários dispositivos do texto para votação em separado ou para suprimi-los. Segundo Genoino, a votação em bloco só será possível se todos concordarem e o seu partido não concorda. Ele alega que o regimento interno da Assembleia, de autoria da Mesa sob inspiração do "Centrão", estabelece que a votação do texto constitucional será por ordem de título e capítulo, não podendo haver votação em bloco.

Amaury Müller, vice-líder do PDT, também não aceita a intenção de Ulysses. "A tese é profundamente lesiva aos interesses progressistas. Esses setores acabariam esmagados pelo bloco conservador", afirma. No "Centrão" o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) considera a questão "irrelevante", mas avisa que só concordará com a proposta se ela não prejudicar emenda de nenhum membro de seu grupo.

Apesar das resistências, há algumas que estão otimistas. "A ideia é dominante em toda a Constituinte, agora vamos ver se o plenário aceita", afirma o senador Virgílio Távora (PDS-CE), que concorda com Ulysses Guimarães.

Será apresentada hoje a emenda pelos 5 anos

O deputado Matheus Jansen (PMDB-PR) apresenta hoje após as 15h00, a sua emenda coletiva defendendo o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, que já contava, na noite de ontem, com mais de 290 assinaturas. "Estou prevendo que na hora da apresentação tenham sido coletadas no mínimo 310 assinaturas" — afirmou o deputado paranaense, de 51 anos, que, apesar de estar em seu primeiro mandato, exibia com muita satisfação as 220 assinaturas que ele sozinho coletou entre seus colegas.

As 220 assinaturas antes do recesso de fim de ano, quando já estava com a minha emenda preparada". "Suei a camisa — declarou — mas acho que valeu a pena porque vou conseguir fazer prevalecer a minha ideia, que acredito ser a melhor para o Brasil de hoje".

Encurtando

Falante e com tipo físico até mesmo um pouco parecido com o do presidente José Sarney, o deputado Jansen ressaltou que não teme que vá ser massacrado nas próximas eleições por defender cinco anos de mandato do presidente. Segundo seu raciocínio ele está encontrando o mandato, já que a encerrando em vigor prevê seis anos, e, em segundo lugar, sei que o meu eleitorado é composto por pessoas esclarecidas que sabem que não há a menor condição de se fazer eleições agora pois seria o caos para o Brasil".